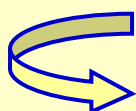


INFORMAÇÃO SEMANAL

	PÁG:
✓ FLASH INFORMATIVO	1
✓ NOTÍCIAS DE MERCADOS	2
✓ BOLSA DO PORCO	5
✓ BOLSA DO BOVINO	6
✓ PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS	7
✓ PREÇOS DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO	9
✓ COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS	10
✓ LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA	11
✓ RECORTES DA IMPRENSA	12



VI JORNADAS DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL
21 DE SETEMBRO 2017 – HOTEL D. GONÇALO (FÁTIMA)

Av. 5 de Outubro, 21-2º Esq. - 1050-047 LISBOA

www.iaca.pt



iaca@iaca.pt



213 511 770

INFORMAÇÃO SEMANAL

FLASH INFORMATIVO

- **AGROALIMENTAR:** Depois da quebra de abril, exportações europeias voltam a crescer 9% em maio; apesar das importações igualmente em alta (17%) o saldo líquido acumulado é de 675 milhões de €
- **CETA:** Observatório dos Mercados Agrícolas discute acordo entre a UE e Canadá dia 26 de setembro, 5 dias depois da sua entrada em vigor; Portugal exporta 74 milhões de € e importa 109 milhões em produtos agroalimentares
- **PAC:** Luta contra as práticas abusivas vai ter propostas concretas em março de 2018, mas o funcionamento da cadeia alimentar vai estar na ordem do dia da revisão da PAC pós 2020
- **FEFAC:** Publicação do Relatório anual 2016/2017
- **BOLSA DO PORCO (03/08/17):** Tendência de manutenção
- **BOLSA DO BOVINO (04/08/17):** Manutenção em todas as categorias
- **PREÇOS MÉDIOS DE PRODUTOS PECUÁRIOS (semana de 31/07/17 a 06/08/17):**
 - AVES:** Tendência de estabilidade, com exceção para os ovos em Dão-Lafões (subida)
 - BOVINOS:** Tendência de manutenção
 - SUÍNOS:** Tendência, maioritária, de estabilidade; subida nos leitões até 12 kg
 - OVINOS:** Estabilidade é nota dominante; exceção para o Alentejo Norte (subida)
- **COTAÇÕES INTERNACIONAIS DAS MATÉRIAS-PRIMAS E PREÇOS DOS CEREAIS NO MERCADO INTERNO**
- **LEGISLAÇÃO:** Resolução da Assembleia da República nº 191/2017, de 04 de agosto, que recomenda ao Governo que aprove um regime de isenção parcial e temporário das contribuições para a segurança social para os produtores de leite de vaca
- **RECORTES DE IMPRENSA:** Destaques para o impacto de elevadas concentrações de CO2 no valor nutritivo de algumas culturas como os cereais (proteína) e para o problema dos ovos contaminados (que estão identificados) em alguns Estados-membros
- **VI JORNADAS DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL,** dia 21 de setembro, no Dom Gonçalo Hotel & SPA em Fátima

AGROALIMENTAR – Depois da quebra de abril exportações europeias voltam a crescer em maio

A Comissão Europeia publicou recentemente os dados relativamente à sua monitorização mensal do comércio externo, estando disponíveis os elementos até maio, período acumulado de janeiro a maio e comparações homólogas (ver [aqui](#)). Por outro lado, é ainda possível analisar o impacto e expectativas relativas ao acordo que foi assinado entre a União Europeia e o Japão, de grande potencial, designadamente para o nosso país.

Ao nível das exportações globais, estas cresceram cerca de 9% em maio de 2017, comparativamente ao homólogo de 2016, o que ficou a dever-se aos incrementos para os EUA, China, Japão, Hong Kong, Rússia e Coreia. Entre junho de 2016 e maio de 2017, as exportações agroalimentares europeias atingiram um valor de 131,8 biliões de €, um crescimento de 2.6%.

Pese embora a redução das exportações de carne de porco no período de março a maio, estas registam ainda um crescimento de 17% nos últimos 12 meses. Por setor, as principais exportações em maio, foram provenientes do vinho, alimentação infantil, ácidos gordos e leite em pó.

No que respeita às importações, também estiveram em alta em maio (17%), do qual resulta um saldo líquido de 675 milhões de €. Reforçando as vendas para a Europa estiveram os EUA, Indonésia, Ucrânia e Austrália, enquanto Brasil, Gana e Camarões registam tendência inversa. Por produtos, as sementes oleaginosas e o óleo de palma, bem como frutos tropicais e café são os campeões das importações.

O relatório aborda ainda o acordo comercial (FTA) com o Japão. As fontes oficiais referem que este é um excelente acordo para a agricultura e o Agroalimentar europeu, com grandes oportunidades. A União é já o quarto maior exportador para o Japão e assume-se como o principal parceiro em produtos como a carne de porco, vinho, queijos e bebidas espirituosas.

Com o mercado chinês em quebra nos suínos, devido ao aumento dos preços de mercado, mas sobretudo a alguma desaceleração do consumo, a diversificação de mercados é essencial para o setor agroalimentar, europeu e nacional.

É também por isso que está prevista em novembro a realização de uma Missão comercial à Arábia Saudita e ao Irão, com o Comissário Phil Hogan, para o estabelecimento de oportunidades de negócio. No nosso Setor, temos os animais vivos ou investimento em unidades fabris, quer no quadro da alimentação animal ou em matéria de produção avícola e matadouros.

Para já, depois da baixa de abril, as exportações agroalimentares globais atingem um segundo pico em maio de 2017 (muito melhor que os homólogos dos 3 anos anteriores) mas longe do record de março. Ainda assim, boas perspetivas e se a qualidade dos produtos europeus é inquestionável, talvez ainda fossemos mais competitivos se algumas das regras que nos são impostas fossem menos fundamentalistas. Mas, talvez, porque cada vez se fala mais desses “ganhos civilizacionais” ao nível do ambiente, bem-estar animal e segurança alimentar, resta-nos reduzir os “custos de contexto” e simplificar a legislação, para além de se exigirem as mesmas regras nas negociações entre a UE e os Países Terceiros, o que, felizmente, parece começar a acontecer, no quadro dos acordos SPS.

Observatório dos Mercados Agrícolas discute CETA dia 26 de setembro

É o caso do CETA (acordo com o Canadá) que vai entrar em vigor no dia 21 de setembro (aliás a IACA divulgou, em 28 de julho, um conjunto de informações aos seus associados sobre este tema), com a obrigatoriedade de registo, que tem de ser feita até ao dia 01 de janeiro de 2018.

Só para termos a noção da importância das trocas nacionais com o Canadá, em 2016 importámos cerca de 109 milhões de € (41.7 milhões em 2015) de produtos agroalimentares e a maior parte (90 milhões) colza, milho (36 milhões) e soja. O Canadá assumiu grande relevância no abastecimento de milho, o que se ficou a dever, em grande parte e em nossa opinião, ao QUALIACA, e às pressões sobre os fornecedores para encontrarem alternativas de melhor qualidade face à Ucrânia e outras origens mais “tradicionais”.

As exportações agroalimentares para o Canadá situaram-se nos 66.6 milhões em 2015 e aumentaram para 73.6 milhões em 2016, maioritariamente vinho (40 milhões) mas também azeite e queijos entre 1 e 2 milhões de €.

No total do **comércio externo** com o Canadá, em 2016, as importações totais situaram-se nos 167.4 milhões de € e as exportações em 281.3 milhões de €, ou seja, temos um saldo positivo. O peso do agroalimentar é, respetivamente, de 65.1% (devido ao nosso Setor) e de 26.2%.

Para já, a boa notícia é que se trata de um mercado importante, temos consumidores com elevado poder de compra e exigentes, e as IGP foram protegidas nos termos do acordo. É evidente que podemos ter alguns problemas, quer no setor do leite, quer ao nível da carne, com exigências e regras de produção diferentes, mas aqui há que valorizar a rotulagem dos produtos nacionais.

Para analisar tudo isto, as vantagens e inconvenientes, o Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agroalimentares (OMAI) vai realizar, no dia 26 de setembro, um Seminário dedicado ao tema, com as explicações das bases do acordo, as visões de Bruxelas e de Portugal, bem como da produção e da indústria agroalimentar.

A IACA estará presente com uma intervenção em representação da FIPA, em nome da Indústria agroalimentar nacional. Participarão ainda como oradores, o GPP, Embaixada do Canadá, FPAS, Portugal Fresh e Comissão Europeia, entre outros.

Dia 26 de setembro, em Lisboa (14 horas) no auditório da CONFAGRI: Seminário “Acordo Comercial entre a União Europeia e o Canadá”.

O Programa e a Ficha de Inscrição serão enviados oportunamente.

PAC – Luta contra práticas comerciais abusivas na ordem do dia

De facto, fala-se muito e há muito tempo (demasiado tempo?), sobre o funcionamento da cadeia alimentar – que deve ser reequilibrado - e os resultados têm sido escassos.

Agora, que o Parlamento Europeu tem vindo a pressionar e (será?) com alguma sensibilidade da opinião pública para esta questão e para a destruição de valor para os produtores (embora as promoções sejam uma questão que joga a favor dos consumidores), parece que este tema vai ganhar relevância política em Bruxelas a seguir às férias de verão, sendo um elemento central no debate sobre a revisão da PAC pós-2020, a par de outras como a volatilidade de preços e rendimentos.

No entanto, precisamos de legislação muito antes dessa data e se é certo que já existem promessas de propostas em março de 2018 ao nível da luta contra as práticas comerciais abusivas, falta ainda abordar o problema fundamental da dimensão dos agricultores, a sua organização e o reequilíbrio das forças na cadeia alimentar que, em nossa opinião, também deve integrar a Indústria, cujo tecido empresarial é maioritariamente de PME.

O problema vai ser, desde logo, a rigidez da política de concorrência europeia e as diferentes noções e interpretações nos Estados-membros. Já existem, no entanto, algumas opções que vão ganhando espaço para debate:

- ✓ A extensão, a todos os setores, das práticas atualmente em vigor entre os produtores de beterraba e as empresas açucareiras, sobre a “repartição de valor”;
- ✓ Obrigação de contratos escritos e status quo atual
- ✓ Legislação para proteger as empresas e operadores mais frágeis
- ✓ Simples recomendações

Veremos se quase em final de Mandato, Comissão e Parlamento Europeu têm vontade política e ambição para tal decisão. Se por um lado, alguns Comissários (desde logo Phil Hogan) e eurodeputados (Comissão de agricultura) querem deixar a sua “marca”, existe a noção dos conflitos de interesses e oposição dos setores mais liberais e dos serviços ligados à Concorrência. Um tema que a todos respeita e que, em nossa opinião, é central para o futuro da Fileira. Como ficou claro nas crises do leite e da carne de porco, com as propostas que saíram da Task Force de Alto Nível.

FEFAC – Publicação do Relatório anual 2016/2017

A FEFAC acaba de divulgar o seu Relatório Anual 2016/2017 que inclui não só dados relevantes sobre a produção de alimentos compostos, consumo de matérias-primas na UE e nos diferentes Estados-membros, mas também informações sobre o setor pecuário europeu (produção e consumo de carnes, peso do setor no conjunto da produção europeia) e os dossiers que estão a ser acompanhados a nível europeu e a síntese das atividades da nossa organização europeia. Sustentabilidade, Economia Circular, PEF, Resistência Antimicrobiana e Segurança Alimentar são temas da maior relevância para o Setor. O Relatório, que pode ser consultado [aqui](#), tem umas breves notas e reflexões do ex-Presidente Ruud Tijssens, e do atual Nick Major.

Fontes: Agra Europe nº 3 606, FEFAC/IACA

BOLSA DO PORCO

INFORMAÇÃO SEMANAL

Sessão de 03 de agosto de 2017

Manutenção

FIXADA NESTA SESSÃO

(Euros /KG/Carcaça, Classe E, 57% de músculo, entrada Matadouro)

ÚLTIMAS COTAÇÕES REGISTRADAS NA U.E

PAÍS	DATA	EUROS	Nas Condições para:
Espanha	03 de agosto	1.435	Lérida: Euros peso/vivo
França	03 de agosto	1.477	Plérin: em Euros, carcaça, TMP.
Holanda	28 de julho	1.600	Utrechtse: em Euros, com 56% de carne
Dinamarca	03 de agosto	1.488	Em Coroas DK, convertido em Euros, carcaça, 57% de carne
Alemanha	02 de agosto	1.700	Em Euros, carcaça com 56% de carne

* A Bolsa do Porco passará a apresentar apenas a variação de preço

Ver também em: www.bolsadoporco.com

A próxima sessão realizar-se-á no dia 10 de agosto de 2017 (quinta-feira), pelas 19 horas

A Mesa de Cotações

BOLSA DO BOVINO

INFORMAÇÃO DE MERCADO

SESSÃO Nº 30 de 04 de agosto de 2017

TENDÊNCIA: Manutenção, em todas categorias.

Manutenção uma vez mais, em todas as categorias.

Cotações registadas esta semana, em Euros/Kg/Carcaça R

Categoria	Cotação
Novilhos	3.85
Novilhas	3.88
Vitela	4,40
Vacas	2,20

Observações: As cotações estabelecidas na mesa referem-se aos animais vendidos, pagos em função do peso carcaça.

A próxima sessão realizar-se-á na sexta-feira, dia 11 de agosto de 2017, pelas 12.15 Horas.

A Mesa de Cotações

PREÇOS MÉDIOS NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PECUÁRIOS

BOVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,95	3,95	0,00%
Entre Douro e Minho (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,20	3,20	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,20	2,20	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	250,00	250,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,85	3,85	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,45	3,45	0,00%
Coimbra (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,90	3,90	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,30	3,30	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	275,00	275,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,80	3,80	0,00%
Guarda (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	4,00	4,00	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,40	3,40	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,75	3,75	0,00%
Novilho 12 a 18 meses Turina EUR/Kg. P. Carcaça	3,10	3,10	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/Kg. P. Carcaça	2,30	2,30	0,00%
Vaca Abate Turina EUR/Kg. P. Carcaça	2,20	2,20	0,00%
Vitelo 3 a 6 meses - Turina EUR/Unidade	290,00	290,00	0,00%
Évora (Produção)			
Novilho 12 a 18 meses Cruz. Charolês EUR/Kg P. Carcaça	3,80	3,80	0,00%
Vaca Abate Cruz. Charolês EUR/KG. P. Carcaça	2,00	2,00	0,00%

OVINOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Variação
Alentejo Litoral (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,50	2,50	0,00%
Alentejo Norte (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,20	2,25	2,27%
Beja (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,00	2,00	0,00%
Castelo Branco (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,70	3,70	0,00%
Coimbra (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	3,50	3,50	0,00%
Cova da Beira (Produção)			
Borrego <12 Kg. Raça não Especificada EUR/Kg. P. Vivo	4,00	4,00	0,00%
Elvas (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,50	2,50	0,00%
Estremoz (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,10	2,10	0,00%
Évora (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	2,21	2,21	0,00%
Ribatejo (Produção)			
Borrego 22 a 28 Kg. Raça não Especificada EUR/KG. P. Vivo	1,70	1,70	0,00%

AVES / OVOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Dão - Lafões (Produção)			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,90	0,90	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	0,80	0,85	6,25%
Dão - Lafões (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,70	1,70	0,00%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	0,90	0,95	5,56%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	0,80	0,85	6,25%
Litoral Centro (Grossista)			
Frango 65% - 1,1 a 1,3 Kg. EUR/Kg. P. Carcaça	1,70	1,70	0,00%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia	0,90	0,93	3,33%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia	0,80	0,83	3,75%
Médio Tejo			
Ribatejo e Oeste			
Frango Vivo -1,8 Kg. EUR/Kg. P. Vivo	0,90	0,90	0,00%
Ovo a peso 60-68 g EUR/KG	0,90	0,90	0,00%
Ovo Classificado L (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	1,00	1,00	0,00%
Ovo Classificado M (ovotermo) EUR/Dúzia (Grossista)	0,90	0,90	0,00%
Perú 80% 5,7 a 9,8 Kg. EUR/KG - P. Carcaça (Grossista)	2,26	2,26	0,00%

SUÍNOS - Cotações nos Principais Mercados de Produção

PORCO Classe E (57%)

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Alentejo	1,83	1,89	3,28%
Algarve	2,15	2,15	0,00%
Beira Interior	1,85	1,85	0,00%
Beira Litoral	1,89	1,89	0,00%
Entre Douro e Minho	2,01	2,01	0,00%
COTAÇÃO MÉDIA NACIONAL (*)	1,99	1,99	0,00%

* Cotação com base no volume de abate de cada área de mercado

LEITÕES - Cotações nos Principais Mercados de Produção

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
Leitões até 12 Kg			
Alentejo	3,17	3,17	0,00%
Algarve	3,67	3,75	2,18%
Beira Litoral	3,50	3,75	7,14%
Leitões de 19 a 25 Kg.			
Alentejo	2,10	2,00	-4,76%

CEREAIS - PREÇOS DO MERCADO INTERNO

Mercados	Semana Anterior em €	Semana Corrente em €	Varição
ALENTEJO (*)			
Trigo Mole Forrageiro	160,00	160,00	0,00%
Trigo Duro	230,00	230,00	0,00%
Trigo Mole Panificável	180,00	180,00	0,00%
LISBOA			
Trigo Mole Forrageiro	180,00	183,00	1,67%
Cevada Forrageira (Hexástica)	178,00	172,00	-3,37%
Milho Forrageiro	182,00	176,00	-3,30%
TRÁS-OS-MONTES (*)			
Trigo Mole Panificável	210,00	210,00	0,00%
Centeio Panificável	190,00	190,00	0,00%

Semana Anterior : De 24 a 30/07/2017
Semana Corrente: De 31/07 a 06/08/2017
Fonte: SIMA/GPP

COTAÇÕES INTERNACIONAIS DE MATÉRIAS-PRIMAS

CEREALES Y PIENSOS - Semana 31/2017 Cotizaciones de la Lonja de Mercolleida del viernes 4 de agosto de 2017

Producto	Tiempo	Posición	28 julio	4 agosto	Pago
Trigo panificable nacional/	Disp	scd Lleida	190,00	188,00	30 días
Trigo panificable francés	Disp	scd Lleida	188,00	185,00	30 días
Trigo forrajero nacional	Disp	scd Lleida	184,00	182,00	30 días
Trigo forrajero francés	Disp	scd Lleida	184,00	180,00	30 días
Trigo forrajero UE-import PE 72	Disp	s/Tarr/almacén	177,00	173,00	Contado
Trigo forrajero UE-import PE 72	Ago-sep	s/Tarr/almacén	174,00	172,00	Contado
Trigo forrajero UE-import PE 72	Ago-dic	s/Tarr/almacén	176,00	174,00	Contado
Trigo forrajero UE-import PE 72	En-my	s/Tarr/almacén	182,00	177,00	Contado
Cebada PE 64+ nacional	Disp	scd Lleida	167,00	166,00	30 días
Cebada PE 64 importación	Ago-sep	s/Tarr/almacén	166,00	166,00	Contado
Cebada PE 64 importación	Ago-dic	s/Tarr/almacén	168,00	168,00	Contado
Maíz Lleida	Disp	scd Lleida	179,00	178,00	30 días
Maíz francés	Disp	scd Lleida	179,00	178,00	15 días
Maíz importación	Disp	s/Tarr/almacén	170,00	172,00	Contado
Maíz importación	Ago-dic	s/Tarr/almacén	165,00	166,00	Contado
Maíz importación	Ene-may	s/Tarr/almacén	169,00	170,00	Contado
Maíz importación	Ago-may	s/Tarr/almacén	167,00	168,00	Contado
Sorgo	Ago	s/Tarr/almacén	176,00	176,00	Contado
Triticale	Oct-dic	s/Tarr/almacén	172,00	168,00	Contado
Harina soja importación 44%	Ago	s/Barna/alm	299,00	285,00	Contado
Harina soja importación 44%	Ago-dic	s/Barna/alm	304,00	286,00	Contado
Harina soja importación 44%	Ene-Dic 2018	s/Barna/alm	313,00	297,00	Contado
Harina soja importación 47%	Ago	s/Tarr/Barna/alm	309,00	295,00	Contado
Harina soja importación 47%	Ago-dic	s/Tarr/Barna/alm	314,00	296,00	Contado
Harina soja importación 47%	Ene-dic 2018	s/Tarr/Barna/alm	323,00	307,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp	sco Tàrrega	145,00	145,00	Contado
Harina girasol integral 28%	Disp	s/Tarr/almacén	145,00	145,00	Contado
Harina girasol alta proteína 34-36%	Disp	s/Tarr/almacén	180,00	179,00	Contado
Harina girasol alta proteína 34-36%	Ago-oct	s/Tarr/almacén	181,00	181,00	Contado
Torta girasol 36%-38%	Disp	s/Tarr/almacén	180,00	179,00	Contado
Torta girasol 36%-38%	Ago-sep	s/Tarr/almacén	185,00	182,00	Contado
Harina colza 00	Disp	sco Tàrrega	213,00	213,00	Contado
Harina colza 00 importación	Disp	s/Tarr/almacén	209,00	200,00	Contado
Harina colza 00 importación	Ago-oct	s/Tarr/almacén	205,00	200,00	Contado
Harina palmiste	Disp	s/Tarr/almacén	129,00	129,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Disp	s/Tarr/almacén	195,00	195,00	Contado
Pulpa remolacha importación	Oct-dic	s/Tarr/almacén	164,00	168,00	Contado
DDG importación EEUU	Disp-dic	s/Tarr/almacén	187,00	188,00	Contado
Grasa animal UE 10-12%	Disp	scd Lleida	595,00	590,00	30 días
Grasa animal nacional/UE 3-5%	Disp	scd Lleida	660,00	655,00	30 días
Manteca 1º	Disp	scd Lleida	730,00	730,00	30 días
Manteca 2º	Disp	scd Lleida	710,00	710,00	30 días
Aceite crudo de soja	Disp	s/Barna extract	720,00	704,00	30 días
Aceite de palma	Disp	s/Barna/almacén	647,00	632,00	30 días
Fosfato monocálcico/granel	Agosto	scd Lleida	435,00	435,00	30 días
Fosfato bicálcico/granel	Agosto	scd Lleida	380,00	380,00	30 días
Cascarilla de soja importación	Disp	s/Tarr/almacén	138,00	142,00	Contado
Cascarilla de soja importación	Ago-dic	s/Tarr/almacén	139,00	140,00	Contado
Salvado trigo hoja/granel	Disp	sco Lleida	180,00	184,00	30 días
Salvado trigo harinilla/granel	Disp	sco Lleida	150,00	154,00	30 días
Salvado trigo cuarta/granel	Disp	sco Lleida	138,00	142,00	30 días

- Disp: disponible - s/sf/sc/d/o: sobre puerto/ferrocarril/camión/destino/origen.

(*) Pocas operaciones. (**) Sin operaciones. (***) Sin oferta. EUR/tn. R: regularización.

Fonte: Boletim Mercolleida

LEGISLAÇÃO NACIONAL E COMUNITÁRIA

Diário da República
Nº 150 – I série – 04 de agosto de 2017

Resolução da Assembleia da República n.º 188/2017:

Recomenda ao Governo que diligencie junto da União Europeia para a indicação do país de origem na rotulagem do mel [PDF](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 191/2017:

Recomenda ao Governo que aprove um regime de isenção parcial e temporário das contribuições para a segurança social para os produtores de leite de vaca cru [PDF](#)

Indústria admite que consumo baixou com taxa de refrigerantes

Associação de produtores defende que o Governo deve reformular imposto e criar novo escalão “isento para bebidas com baixo teor energético”

Bebidas
Isabel Aveiro

A taxa adicional em sede de IABA (imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes), que o Governo de António Costa introduziu e que passou a vigorar há seis meses (de 1 de Fevereiro a 1 de Agosto), já teve várias consequências, sobretudo ao nível do preço para o consumidor final, garante a indústria.

Embora sublinhe que “é ainda prematuro fazer uma avaliação do impacto” da carga fiscal introduzida em Fevereiro – e que se recusa a designar “taxa de açúcar” porque recai apenas sobre um tipo de produto “independentemente de ter ou não açúcar” – a Associação Portuguesa das Bebidas Refrescantes Não Alcoólicas (Probeb) defende que a medida já provocou um encarecimento extraordinário das bebidas.

O imposto, garantiu Francisco Mendonça, secretário-geral da Probeb, em resposta escrita ao PÚBLICO, “está a ter um efeito acentuado sobre o consumo devido ao aumento de preços”. “Principalmente”, explica, “no canal alimentar [super e hipermercados e comércio de proximidade]”. “Situamos o aumento de preço” na distribuição alimentar “entre 25% e 30% no valor final para o consumidor”, afirma, “após a entrada em vigor do imposto”.

Defende, aquela organização, que a evolução do preço “tem um efeito muito significativo em Portugal, dado o poder de compra limitado dos consumidores e o preço relativo destes produtos, também afectado por um IVA a 23%”. Para a Probeb, face aos mesmos seis meses de 2016, “a categoria [na distribuição alimentar] está a ser afectada [em 2017] com uma queda de mercado entre três e cinco pontos percentuais”.

Antevendo “que os consumidores se adaptem ao novo nível de preços”, a associação de produtores

acredita que “os consumos estabilizem” e que “a queda do consumo vá diminuindo” e fixando-se, mas “num nível inferior” ao anterior.

Contudo, no canal Horeca (de hotéis, restaurantes e cafés), “com o crescimento do turismo, índices de confiança dos consumidores em crescendo e uma meteorologia favorável, em conjunto com alguma estabilidade nos preços ao consumidor final”, descreve, “temos observado um ligeiro crescimento dos volumes vendidos”. Ainda assim, um aumento “reduzido”, afirma, “por comparação” com o “verificado em outras categorias de bebidas de alta rotação, que registam um crescimento de 8% a 12%”, neste tipo de distribuição.

O Ministério da Saúde avançou, em Junho, com dados que apontavam para um recuo de 72% dos volumes para as bebidas mais açucaradas entre Fevereiro e Abril – o que significa uma queda de mais de dois terços no trimestre em causa. A Probeb recorda que o alargamento do IABA a bebidas não alcoólicas adicionadas de açúcar a partir de 1 de Fevereiro teve “um regime transitório para os stocks”. Ou seja, as bebidas que os comerciantes já tinham nos seus estabelecimentos – fornecidas antes de 1 de Fevereiro – puderam ser comercializadas sem a taxa adicional até à data-limite de 31 de Março.

Conforme alertou a Ahresp – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (Ahresp) em véspera de incidência da nova taxa, até 15 de Abril foi obrigatório “contabilizar e comunicar à Autoridade Tributária” as quantidades dos produtos abrangidos pelo novo imposto que tivessem sido fornecidos aos comerciantes antes da entrada em vigor do novo imposto. Contactado, o Ministério da Saúde não comenta.

Taxa a 70 litros por cabeça

O Ministério das Finanças, contactado, não respondeu sobre qual o valor já cobrado com o “novo” IA-



8,22

Para bebidas abaixo de 80 gramas de açúcar por litro, a carga fiscal é de 8,22 euros por hectolitro; e acima de 80 gramas, a taxa é de 16,46 euros por hectolitro

BA desde Fevereiro. A partir desse mês, passaram a estar abrangidas por uma carga fiscal adicional as bebidas não alcoólicas “adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes” (excepcionando-se se a adição por sumos de frutas ou hortícolas); sidra e hidromel com teor alcoólico entre 0,5% e 1,2%; e concentrados (em xarope ou pó) a serem preparados por retalhistas ou pelos próprios consumidores finais.

Definiu o legislador que haveria, para estas bebidas, dois escalões: para os produtos abaixo de 80 gra-

mas de açúcar por litro, a carga fiscal é de 8,22 euros por cada hectolitro (ou cem litros); e acima de 80 gramas, a taxa duplica, para 16,46 euros por cada hectolitro.

Ou seja, por cada litro de refrigerante comprado o Estado recebe, só com o novo imposto, entre oito e 16 cêntimos, aproximadamente. Medido em latas de 33cl (o tamanho mais frequente), a carga fiscal varia entre 2,7 e 5,4 cêntimos para cada unidade com aquele volume.

Se tomarmos a média de consumo anual de refrigerantes referenciada



Incentivo fiscal é uma das várias medidas pensadas

Pedro Graça
Director do Programa de Alimentação Saudável



Estratégia da Alimentação Saudável deixa cair incentivo fiscal

Incentivar fiscalmente o consumo de alimentos saudáveis passou para "incentivar transversalmente o consumo" de alimentos saudáveis. A primeira versão da frase consta dos documentos preliminares da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável. A segunda versão é a que foi enviada aos parceiros que participam nesta iniciativa do Governo e que foi disponibilizada ontem no site do Ministério da Saúde. Entre uma e outra, o documento foi visto e revisto pelos elementos do grupo de trabalho constituído para o efeito e que incluem membros de vários ministérios, incluindo Saúde, Educação, Agricultura, Mar, Finanças e Economia.

A primeira referência a um eventual incentivo fiscal para a alimentação saudável foi feita no sábado, numa notícia do Observador que transcrevia uma das 50 medidas incluídas no *draft* da Estratégia: "Incentivar fiscalmente o consumo de categorias de alimentos directamente relacionados com a prevenção da doença crónica, nomeadamente fruta e produtos hortícolas frescos." Na versão final divulgada ontem, o termo "fiscalmente"

passou a "transversalmente". Fonte oficial do Ministério da Saúde, liderado por Adalberto Campos Fernandes (na foto), confirmou ao PÚBLICO que o incentivo fiscal fez parte do *draft* que foi trabalhado no âmbito da Estratégia. Mas, segundo explicou, "todos os ministérios e o grupo de trabalho acharam que fazia sentido" avançar antes com o incentivo transversal ao consumo de alimentos saudáveis. "Foi uma decisão colectiva", acrescentou.

Um dos principais responsáveis pela elaboração das 50 medidas, Pedro Graça, director do Programa Nacional de Alimentação Saudável, da Direcção-Geral da Saúde (DGS), confrontado pelo PÚBLICO com a alteração da palavra entre os documentos, mostrou-se algo surpreendido mas remeteu todas as decisões sobre este tema para a esfera política do grupo de trabalho. Ainda assim, sublinhou que a estratégia mantém-se e que o sistema fiscal deveria, idealmente, evoluir das penalizações sobre consumos nocivos à saúde (como a taxa sobre refrigerantes açucarados)



para incentivos a consumos saudáveis. "O incentivo fiscal é uma das várias medidas que foram pensadas e reflectidas" no âmbito do grupo de

trabalho, confirmou Pedro Graça, acrescentando que a originalidade desta medida tem a ver com a mudança de filosofia. A tendência "tem sido taxar produtos que fazem mal à saúde. A reflexão que fizemos foi: porque não fazer ao contrário e avançar com um modelo para fomentar consumos saudáveis", nomeadamente entre a população com menos possibilidades financeiras. O responsável da DGS avança com um exemplo: "A criação de vouchers com descontos para famílias mais desfavorecidas, enquadradas pela Segurança Social, para que possam chegar a produtos que, por barreiras económicas, não conseguem comprar."

Sobre o futuro deste possível incentivo fiscal, Pedro Graça não se compromete e remete para o processo que irá a partir de hoje iniciar-se, com a consulta pública durante dez dias. Posteriormente, o grupo de trabalho irá recolher todos os contributos de parceiros e desenhar a versão actualizada da Estratégia, já em Setembro. Questionado sobre se está em cima da mesa rever a taxa sobre os refrigerantes açucarados, ou alterar o modelo como reclama a indústria, Pedro Graça diz que o tema não foi discutido, sem prejuízo de, após os contributos de todos os parceiros, poderem "surgir novas medidas".

Pedro Ferreira Esteves

pela Probeb para o mercado nacional, de que cada português ingere 70 litros de refrigerantes por ano (menos de metade da média do Reino Unido), cada consumidor no país terá pago ao Estado, só com aquela categoria de bebidas, em Fevereiro de 2018 – quando passar 12 meses do novo imposto e se o mesmo não for alterado – 5,75 euros ou 11,52 euros (consoante o grau de açúcar de bebida escolhida, com menos ou mais açúcar). E, se quiséssemos mesmo jogar com os números – e não extrapolando para crescimentos

Cada português consome, em média, 70 litros de refrigerantes por ano, metade do que consomem, por exemplo, os britânicos

adicionais à conta do forte turismo registado no território nacional – diríamos que para uma população de 10 milhões de habitantes a 70 litros *per capita*, o que estamos a falar é de uma receita adicional, num ano, de 57 a 115 milhões de euros para os cofres públicos. A estimativa inicial,

quando da discussão do Orçamento do Estado para 2017, em Outubro de 2016, era, aliás, de 80 milhões de euros.

Novo escalão, precisa-se

A introdução do imposto "conduziu a uma maior rapidez na redução dos teores energéticos das bebidas", defende a associação que reúne, entre outros, a Coca-Cola, a Unicer, a Sumol+Compal, a Santal e as duas cervejeiras insulares – Empresa de Cervejas da Madeira e a açoriana Fábrica Melo Abreu.

"Mas o imposto", acrescenta Francisco Mendonça, com os seus dois escalões, "levou a indústria a passar rapidamente todo o volume que conseguiu para o escalão com menor taxa". Resultado? "No primeiro semestre de 2017", defende a associação, o teor calórico dos refrigerantes era 18% inferior "face ao ano de 2013".

O secretário-geral da Probeb alerta, contudo, que "a actual estrutura do imposto (com os dois escalões) não incentiva a continuação das reformulações", nomeadamente

nas bebidas "que já paguem a taxa menor, porque pagam todas o mesmo, incluindo as que têm baixo teor energético ou mesmo sem calorias".

É, para a Probeb, "essencial re-desenhar o imposto" e o Governo aceitar "a criação de um escalão isento para as bebidas com baixo teor energético", que, para a indústria, "incentive a reformulação dos produtos" e que "elimine" o que vê como uma "discriminação".

isabel.aveiro@publico.pt



02.agosto.2017

UNIÃO EUROPEIA VAI IMPEDIR A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS COM QUALIDADE DISTINTA CONSOANTE O ESTADO-MEMBRO

A União Europeia emitirá diretrizes sobre como impedir que os produtores de alimentos comercializem os mesmos produtos, mas com qualidade variável em diferentes Estados-membros.

Falando na Eslováquia na semana passada, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, disse que os produtos de qualidade inferior vendidos no mercado único eram "totalmente inaceitáveis" e a Comissão Europeia comprometeu-se a pôr fim a essa prática "discriminatória".

O executivo atualmente está a reunir informações para estabelecer o número de países e produtos afetados.

A ministra checa da agricultura, Marian Jurečka, disse no início deste mês que os testes no país e Estados vizinhos mostraram produtos alimentares de qualidade inferior que estavam a ser vendidos com o mesmo nome e embalagem. As diferenças de qualidade incluíam a substituição de gorduras animais por gorduras vegetais, o menor teor de carne, adição de edulcorantes em vez de açúcar ou uso de corantes e aromas artificiais em vez de frutos reais.

Vários países da Europa de Leste, incluindo a Polónia, Hungria, Eslováquia, Bulgária, Croácia e Roménia, estão a pedir a Bruxelas para lidar com esta "lacuna de padrão duplo".

AGROnegócios

07.agosto.2017

AUMENTO DE CO2 AMEAÇA VALOR NUTRICIONAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS

O trabalho, divulgado numa publicação financiada pela fundação Bill & Melinda Gates, indica que pode ser grande o impacto negativo sobretudo na saúde das populações dos países em desenvolvimento.

A maior parte das culturas reage às variações de CO₂, o que afeta não só o seu crescimento mas também a sua transpiração, sublinham os autores.

O estudo, feito por investigadores da Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard (Massachusetts), sugere que as populações de 18 países podem perder mais de 5% do seu aporte de proteínas até meio do século por causa da redução do valor nutritivo do arroz, trigo e de outras importantes culturas.

Alerta ainda que cerca de 150 milhões de pessoas podem correr o risco de carência proteica por causa das elevadas concentrações de CO₂.

«Esta pesquisa destaca a necessidade de garantir, nos países mais vulneráveis, que as populações podem satisfazer as suas necessidades nutritivas, o que é agora ainda mais importante, agindo no sentido da redução das emissões de CO₂ e outros gases com efeito

estufa provenientes de atividades humanas», sublinha Samuel Myers, investigador do departamento de saúde ambiental da Escola de Saúde Pública de Harvard e principal autor do estudo.

A nível mundial, 76% da população satisfaz as suas necessidades quotidianas de proteína através de plantas.

Para estimar o risco de deficiência atual e futura de proteína, os investigadores combinaram dados a partir de experiências em que as culturas foram submetidas a níveis elevados de CO₂.

Usaram igualmente informações dietéticas, demográficas e sobre desigualdade de rendimentos.

Os investigadores determinaram que, num cenário de elevadas concentrações de CO₂, o valor de proteína de arroz de trigo, lúpulo e batatas caiu de 7,6%, 7,8%, 14,1% e 6,4 %, respetivamente.

Essas projeções sugerem um agravamento da situação nos países da África subsaariana, onde milhões de pessoas já apresentam deficiências de proteína.

No sul da Ásia, as dificuldades em matéria nutritiva também irão aumentar, incluindo na Índia, onde o arroz e trigo fornecem uma parte importante das proteínas quotidianas.

Estes países podem perder 5,3% das proteínas do regime alimentar padrão em 2050, de acordo com o estudo, o que pode representar um risco de deficiência nestes nutrientes para 53 milhões de pessoas na população indígena de 1,3 bilhões de habitantes.

Outra pesquisa, da qual é igualmente coautor Samuel Myers e que foi publicada na revista GeoHealth, mostra que as reduções no teor de ferro nas principais culturas, resultado de uma maior concentração de CO₂, são suscetíveis de agravar o problema de deficiência já significativa deste mineral essencial na população mundial.

Os grupos mais vulneráveis são os 354 milhões de crianças menores de cinco anos e 1,06 mil milhões de mulheres em idade fértil, especialmente nos países da África do Sul e Norte da Ásia, onde a incidência de anemia já é elevada.

Estas nações podem perder mais de 3,8% de ferro da sua dieta nas próximas décadas devido ao efeito nas culturas do aumento de CO₂ na atmosfera.

Estes dois estudos, em conjunto com outras pesquisas de Myers realizadas em 2015, mostram que as altas concentrações de CO₂, ao afetarem as culturas, são suscetíveis de causar também deficiência de zinco em 200 milhões de pessoas.

Newsletter da ANIL

07.agosto.2017

MERCOSUL SUSPENDE VENEZUELA POR "RUPTURA DA ORDEM DEMOCRÁTICA"

Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai decidiram suspender politicamente a Venezuela do Mercosul "por ruptura da ordem democrática", indicou em comunicado o mercado comum sul-americano.

"A suspensão é aplicada devido aos actos do Governo de Nicolás Maduro, e constitui um apelo a um início imediato de um processo de transição política e de restauração da ordem democrática", explica o comunicado enviado pelos países fundadores do Mercosul após uma reunião em São Paulo, Brasil.

A Venezuela já tinha sido colocada à margem do mercado comum sul-americano desde Dezembro, por motivos comerciais, já que não estava a cumprir os compromissos assumidos

desde 2012. Mas a invocação da cláusula democrática destina-se a obter uma maior repercussão política.

Com esta medida, a reintegração de Caracas no bloco comercial sul-americano fica mais complicada. "Mesmo que [a Venezuela] passe a cumprir todos os acordos de 2012, o Mercosul só voltará a incorporar o país depois de 'restaurada a ordem democrática', assinala o documento da reunião deste sábado, citado pelo jornal O Globo.

A decisão foi baseada na cláusula do Protocolo de Ushuaia, assinado em 1996 pelo bloco, que determina que os países do bloco devem respeitar a democracia para poderem ser parte integrante do Mercosul.

Com a suspensão pelo Protocolo de Ushuaia, a Venezuela só pode voltar ao bloco após uma mudança de regime, com eleições democráticas, refere por seu lado o canal UOL.

No passado domingo, recorde-se, foi eleita a Assembleia Constituinte, num escrutínio que foi boicotado pela oposição venezuelana e fortemente contestado a nível internacional.

Este órgão, que tomou posse na sexta-feira, terá a missão de redigir uma nova Constituição e os seus membros comprometeram-se a agir rapidamente contra os opositores do presidente Nicolás Maduro.

A oposição venezuelana considera que a nova Assembleia Constituinte é "ilegítima" e defende a legalidade da Assembleia Nacional (Parlamento), onde as forças opositoras estão em maioria.

Procuradora-geral foi destituída

Entretanto, também este sábado, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela destituiu, por unanimidade, a Procuradora-Geral da República, Luisa Ortega Díaz, depois da audiência preliminar no processo que corre na justiça contra a magistrada.

Luisa Ortega Díaz é vista como uma ameaça ao governo de Nicolás Maduro por ter denunciado a ruptura constitucional no país, salienta O Globo.

Os 545 membros da assembleia, que possui poderes especiais sobre outras instituições do Estado, aprovaram por unanimidade a destituição da magistrada, que fica também impedida de exercer qualquer outro cargo público.

FONTE: Jornal de Negócios

O JORNAL ECONÓMICO

07.agosto.2017

OVOS CONTAMINADOS PODEM TER ENTRADO NA EUROPA, ALERTA EU

A União Europeia notificou hoje as autoridades de segurança alimentar no Reino Unido, França, Suécia e Suíça sobre a possível entrada nestes países de lotes de ovos contaminados.

Desta forma, e depois de ter informado que estava a averiguar esta situação, a Comissão Europeia avançou com esta medida preventiva depois de Holanda e Alemanha terem notificado o Sistema de Alerta Rápido para os Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais (RASFF) da UE.

A Holanda lançou na semana passada um alerta por suspeita de contaminação de ovos provenientes do seu país com Firponil, um pesticida utilizado para eliminar ácaros e insetos e que a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera tóxico para o uso humano.

O organismo holandês responsável pela segurança alimentar (NVWA) emitiu uma nota informativa em que identifica que os produtos sob suspeita são ovos brancos com a etiqueta X-

NL-40155XX e na qual recomenda “o não consumo” porque “o alto nível de Fipronil constitui uma grave ameaça para a saúde pública”, adianta a Lusa.

Os produtos em questão foram entretanto retirados do mercado, mas a União Europeia está a acompanhar os desenvolvimentos deste caso, uma vez que os produtos em questão são exportados para o mercado europeu. Bruxelas afirma, a este respeito, que está a acompanhar o caso e que a situação está sob controlo.

“Estamos a acompanhar de perto os desenvolvimentos. As explorações foram identificadas e os ovos contaminados foram localizados e retirados do mercado, a situação está sob controlo”, declarou a porta-voz da Comissão Europeia, Anna-Kaisa Itkonen, na conferência de imprensa diária do Executivo comunitário.

Para se apurar que mercados europeus receberam estes produtos, os governos devem consultar o Sistema de Alerta Rápido para os Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais (RASFF) da União Europeia (UE).

VI JORNADAS DE ALIMENTAÇÃO ANIMAL

VI Jornadas de Alimentação Animal, dia 21 de setembro, em Fátima

Contando, para já, com o Patrocínio da USSEC e da TIMAB, o apoio da INDUKERN e BIOCHEM e a colaboração dos associados da SPMA da IACA, em particular de EUROCEREAL, TNA, ZOOPAN, VETALMEX e INVIVO, com oradores no evento, o Programa das VI Jornadas de Alimentação Animal é o seguinte:

- **Abertura:** Cristina de Sousa e Pedro Folque

1ª Sessão: Moderador – Prof. Manuel Chaveiro Soares

- Rotulagem e Tolerâncias Analíticas (Ana Cristina Monteiro, IACA)
- Análises em Alimentação Animal (Isabel Lopes, EUROCEREAL)
- Controlo do Processo de Fabrico. Tecnologia NIR (Isabel Antão, TNA)
- Controlo de Qualidade do Complexo Soja (Mariano Gorrachategui, USSEC)
- Fibra Bruta - Fracionamento e Interpretação (Geneviève Faussier, ZOOPAN)

2ª Sessão: Moderador – Luis Capitão Valente

- Substâncias Indesejáveis (Ana Cristina Monteiro, IACA)
- Vídeo de Apresentação do QUALIACA
- Avaliação de Matérias-Primas Minerais (Karine Le Grand, TIMAB/Phosphea)
- Biossegurança em Alimentação Animal (Joan Mesià, VETALMEX/Adiveter)
- Controlo de Qualidade de Matérias-primas para Eficiência na Gestão do Risco em Micotoxinas (Matthieu Merceron, INVIVO-NSA)

A Sessão de Abertura estará a cargo da Presidente da IACA, Cristina de Sousa, e de Pedro Folque, em nome da SPMA, que fará a Introdução e apresentação dos diferentes temas.

Contamos com os habituais Moderadores Professor Manuel Chaveiro Soares, na primeira Sessão e Luis Capitão Valente, na segunda Sessão, a seguir ao almoço. No final de cada Sessão teremos um período de debate. Está ainda previsto a apresentação de um Vídeo sobre o Projeto QUALIACA.

O Programa e respetiva Ficha de Inscrição serão enviados oportunamente.

A não esquecer e reservar na Agenda: dia 21 de setembro, em Fátima, no Dom Gonçalo Hotel & SPA, as VI Jornadas de Alimentação Animal